

Novo cenário depois da desvalorização cambial?*

*Vivian Fürstenau***

1 - A safra de verão 1998/99

As previsões otimistas divulgadas pelas instituições governamentais da área agrícola sobre os recordes da produção na safra de verão 1998/99, que acabou de ser colhida, parecem se confirmar. Houve aumento na produção nacional decorrente tanto de ganhos de produtividade, como por expansão da área plantada com as culturas de verão.

Os maiores crescimentos ocorreram nas produções de arroz e de feijão, que, nessa safra, não foram atingidas por problemas climáticos como os do ano passado. Em decorrência das quebras na produção no ano passado, os preços desses dois grãos, especialmente o do feijão, atingiram patamares considerados bastante altos. No caso do feijão, o preço que vinha se mantendo nos últimos anos em torno de R\$ 25,00 por saco de 60 quilos, com pequenas variações sazonais, chegou a atingir, no ano de 1998, mais de R\$ 70,00. As variações no preço do arroz não alcançaram a magnitude dos ganhos obtidos pelos produtores de feijão, mas, durante o ano de 1998, esse grão foi comercializado

* Este artigo foi elaborado com base em informações obtidas até 31 de maio de 1999, com exceção do item 5, já que o Plano-Safra 1999/2000 foi divulgado em 25 de junho.

** Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece a Maria Helena Sampaio e a Marinês Z. Grando a leitura do texto e as sugestões. Agradece, também, a Alba Tatiane S. da Costa pela elaboração das tabelas e dos gráficos e a Nildo Gallon pelo apoio para a obtenção de relatórios, etc.

em patamares de preços considerados bastante remuneradores pelos agricultores. Esse quadro fez com que os produtores aumentassem, na atual safra, a área plantada de feijão em mais de 11% e a de arroz em quase 15%.

A ocorrência do fenômeno climático La Niña, responsável por uma estiagem bastante severa em algumas regiões, como é o caso do Rio Grande do Sul, não teve as mesmas consequências sobre a produção de grãos como teve o El Niño. Assim, está calculado um aumento de 35% na produção nacional de feijão, de 34% na de arroz e de 8% na produção de milho. A exceção, nesse contexto de crescimento da produção, fica por conta da soja, que teve sua produção diminuída em 0,4%, apesar de apresentar ganhos de produtividade. A queda na produção foi decorrente de uma diminuição de quase 2% na área plantada.

O aumento de 34% na produção nacional de arroz é bastante significativo e decorre essencialmente da produção gaúcha, cujo crescimento é de quase 50%. Deve-se ressaltar que um acréscimo dessa dimensão no RS só se configurou em decorrência da quebra da safra 1997/98, que girou em torno de 30%. Ou seja, a maior parte do aumento agora verificado é apenas a restauração do nível histórico da produção de arroz no Estado. O restante do crescimento ocorrido nessa cultura deve-se ao incremento de 14% na área plantada e à previsão de ganhos de produtividade da ordem de 10% em relação à produtividade média das lavouras gaúchas, que gira em torno de 5.000 kg/hectare. Os acréscimos de produtividade dar-se-iam por duas razões. Em primeiro lugar, a ocorrência de condições climáticas favoráveis garantiu o restabelecimento dos níveis anteriores de produtividade. Paralelamente, houve aumento do uso de insumos, o que explicaria um ganho, como já mencionado, de 10% na produtividade média das lavouras.

O aumento da produção gaúcha de feijão, por sua vez, decorre quase exclusivamente do aumento da produtividade, pois a área cultivada no RS cresceu menos de 3%.

No caso do feijão, diferentemente do arroz, o aumento da produção nacional não se deu em função da produção gaúcha. Efetivamente, os responsáveis pelo crescimento na atual safra são os grandes produtores de feijão, como Bahia, Paraná, Minas Gerais, Ceará e Pernambuco, que apresentaram, além de aumentos na produtividade, crescimento na área cultivada.

Tabela 1

Comparativo de área e produção de grãos
no Brasil — safras 1997/98 e 1998/99

CULTURAS	ÁREA (1 000 ha)		
	1997/98	1998/99 (1)	Variação %
	(A)	(B)	(B/A)
Arroz	3 249,0	3 715,8	14,4
Feijão total	3 997,5	4 452,6	11,4
Feijão 1ª safra	1 462,5	1 659,5	13,5
Feijão 2ª safra	2 333,4	2 589,5	11,0
Feijão 3ª safra	201,6	203,6	1,0
Milho total	11 385,8	12 063,3	6,0
Milho 1ª safra	9 067,5	9 712,3	7,1
Milho 2ª safra	2 318,3	2 351,0	1,4
Soja	13 155,3	12 900,5	-1,9
Trigo	1 373,2	1 429,7	4,1
Brasil	34 938,8	36 149,7	3,5

CULTURAS	PRODUÇÃO (1 000 t)		
	1997/98	1998/99 (1)	Variação %
	(A)	(B)	(B/A)
Arroz	8 462,9	11 372,9	34,4
Feijão total	2 206,3	2 982,0	35,2
Feijão 1ª safra	916,4	1 223,0	33,5
Feijão 2ª safra	971,7	1 440,8	48,3
Feijão 3ª safra	318,2	318,2	-
Milho total	30 160,1	32 612,2	8,1
Milho 1ª safra	24 586,6	26 767,8	8,9
Milho 2ª safra	5 573,5	5 844,4	4,9
Soja	31 364,4	31 241,2	-0,4
Trigo	2 187,7	2 727,5	24,7
Brasil	76 481,6	83 226,6	8,8

FONTE: CONAB/DIDEM (atualização em 24.04.99).

(1) Estimativa CONAB.

Tabela 2

Comparativo de área, produção e produtividade de grãos
no Rio Grande do Sul — safras 1997/98 e 1998/99

CULTURAS	ÁREA (1 000 ha)		
	1997/98	1998/99 (1)	Variação %
Arroz	849,2	968,1	14,0
Feijão total	190,3	195,6	2,8
Feijão 1ª safra	145,9	150,3	3,0
Feijão 2ª safra	44,4	45,3	2,0
Milho	1 501,1	1 471,1	-2,0
Soja	3 150,3	3 087,3	-2,0
Trigo	392,4	431,6	10,0

CULTURAS	PRODUÇÃO (1 000 t)		
	1997/98	1998/99 (1)	Variação %
Arroz	3 609,1	5 276,1	46,2
Feijão total	120,6	159,4	32,2
Feijão 1ª safra	94,8	123,2	30,0
Feijão 2ª safra	25,8	36,2	40,3
Milho	4 503,3	3 243,8	-28,0
Soja	6 615,6	5 557,1	-16,0
Trigo	555,2	755,3	36,0

CULTURAS	PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
	1997/98	1998/99 (1)	Variação %
Arroz	4 250,0	5 450,0	28,2
Feijão total	1 230,0	1 620,0	31,7
Feijão 1ª safra	650,0	820,0	26,2
Feijão 2ª safra	580,0	800,0	37,9
Milho	3 000,0	2 205,0	-27,0
Soja	2 100,0	1 800,0	-14,3
Trigo	1 415,0	1 750,0	23,7

FONTE: CONAB/DIDEM (atualização em 24.04.99).

(1) Estimativa CONAB.

Se para a lavoura de arroz e de feijão do RS a estiagem provocada pelo fenômeno La Niña não teve consequências sérias, para a cultura de milho a ocorrência de seca no final de 1998 e início de 1999 implicou significativas perdas na produção. Como resultado, é estimada uma redução de quase 30% na produção de milho em decorrência de queda de produtividade. Já estava prevista redução da produção gaúcha em função da retração na área cultivada, mas esta foi de pequena dimensão e nem de longe explica a quebra de produção configurada. A evolução da lavoura de milho no Rio Grande do Sul é diferente da observada no País, já que esta apresenta um aumento de produção na atual safra.

A produção de soja gaúcha, por sua vez, acompanha em parte a tendência verificada no País. A diminuição da área cultivada no RS é da mesma significância da ocorrida em nível nacional, em torno de 2%. No entanto a redução no Brasil é quase totalmente compensada por aumentos de produtividade, derivando daí uma produção semelhante à da safra passada. No Rio Grande do Sul, ao contrário, há uma expectativa de redução significativa da produtividade, o que comprometeria a produção com uma quebra de 16% em relação ao ano passado. Assim como o milho, a soja gaúcha foi castigada com a estiagem provocada pelo fenômeno La Niña.

2 - A comercialização da safra gaúcha de verão

2.1 - A evolução dos preços da safra 1998/99

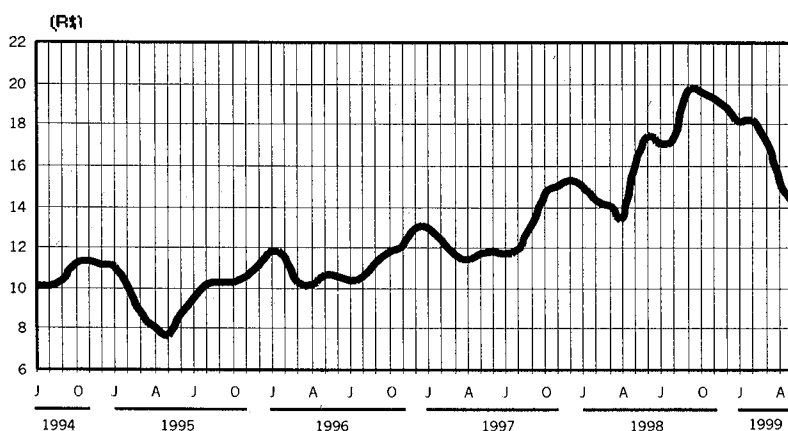
Os bons preços obtidos na comercialização de arroz em 1998 serviram de estímulo para os produtores gaúchos, que aumentaram a área plantada na safra 1998/99. O entusiasmo dos produtores decorreu de uma conjuntura de recuperação dos preços do arroz, que chegou a ser vendido por um preço médio de R\$ 20,00 o saco de 50 quilos em 1998. Essa recuperação teve início em 1997, após um período de preços considerados baixos pelos produtores e em vigor desde a safra 1994/95. No período posterior à implantação do Plano Real, esse produto foi comercializado, em média, entre R\$ 10,00 e R\$ 11,00 o saco, chegando a valores ainda menores em 1995, como resultado da grande produção obtida na safra 1994/95 no Rio Grande do Sul.

Como dito anteriormente, as estimativas indicam um aumento de 50% na produção de arroz no Estado, decorrente tanto do aumento da área plantada como de ganhos de produtividade. Em função desse crescimento da produção, a comercialização da safra 1999 iniciou com os preços no mercado gaúcho em queda, encontrando-se, em maio, 30% menores do que a média obtida na

entressafra do ano passado. O movimento de recuo desses preços em maio é normal, já que nesse mês é encerrada a colheita nas diferentes regiões produtoras. Mas o que fica em aberto daqui para a frente é quando e em que níveis se dará a recuperação desses preços em 1999.

Gráfico 1

Preços do arroz no RS — 1994/99



FONTE: Emater-RS.

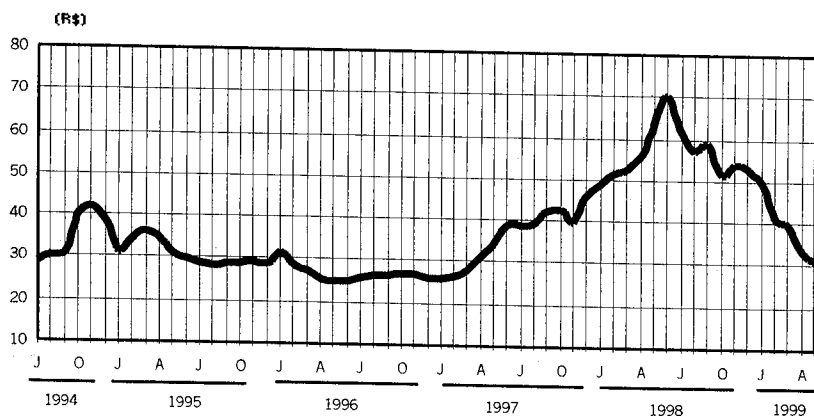
Ao otimismo dos produtores em razão dos preços obtidos na comercialização da safra passada agregaram-se novas expectativas de crescimento dos preços do arroz em decorrência da desvalorização cambial. A avaliação inicial era de que a desvalorização da moeda ao aumentar o valor do produto importado pressionaria para cima o preço do produto nacional, e essa pressão, somada à possibilidade de inviabilização de importações para abastecimento do mercado, contribuiria para novas altas. No entanto o que parece se configurar é que a recuperação da produção nacional, graças especialmente à excepcional colheita no RS, está contrabalançando as pressões originárias do aumento de preços do produto importado.

No que diz respeito à produção de feijão, verifica-se que, contrariando o movimento observado nos estados maiores produtores, a área cultivada no RS não sofreu aumento significativo. Nesse sentido, o movimento nos preços, aparentemente, não serviu de estímulo aos produtores gaúchos para que aumentassem sua produção. Desde o segundo semestre de 1997, o preço do feijão, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, manteve tendência ascendente pelo menos até meados de 1998. Os patamares de preços atingidos em 1998 podem ser considerados extremamente altos, se comparados aos vigentes no período pós-Plano Real, quando esses preços se mantiveram em um intervalo de R\$ 25,00 a R\$ 35,00 por saco de 60 quilos. O movimento de crescimento iniciado mais claramente no segundo semestre de 1997 manteve-se até atingir R\$ 70,00 em junho de 1998. A partir daí, o preço foi sendo reduzido, mantendo-se, no entanto, em torno de R\$ 50,00 a R\$ 58,00, ou seja, ainda bem acima da média praticada de 1994 a 1997.

Ao invés de investir na agregação de mais área, os produtores gaúchos parecem ter preferido contar com a recuperação dos níveis de produtividade. São esperados acréscimos de produtividade de mais de 25% na primeira safra e de quase 40% na segunda safra de feijão no RS. Dada a quebra de produção ocorrida no ano passado, esse aumento pode ser apenas decorrência da configuração de condições climáticas normais ou pelo menos não prejudiciais à cultura.

Gráfico 2

Preço do feijão no RS — 1994/99



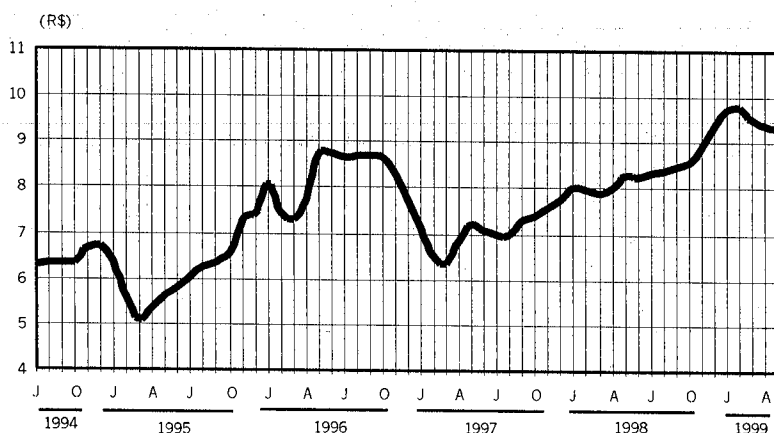
FONTE: Emater-RS.

A atitude dos produtores gaúchos de não aumentar a área plantada, apesar da conjuntura de preços altos, parece ter sido acertada sob o ponto de vista da comercialização dessa safra. Os preços, que vinham sendo reduzidos, mas se mantinham em patamares ainda altos no final de 1998, caíram significativamente a partir do início de 1999 e encontravam-se, em maio, em torno de R\$ 31,00 no RS. Isso sinaliza a possibilidade de volta aos níveis de preços praticados até 1997.

A quebra da safra gaúcha de milho derivada da estiagem que atingiu o Estado no final de 1998 refletiu-se imediatamente numa correção dos preços do milho, que cresceram 10% entre novembro de 1998 e janeiro de 1999. A seca foi responsável por perdas significativas em algumas regiões, e alguns municípios praticamente não colheram milho na safra 1998/99. Inicialmente, a produção prevista para o Rio Grande do Sul era de 3,7 milhões de toneladas — quase 20% inferior à da safra passada —, mas, no último levantamento publicado pela Conab, já era estimada uma redução maior ainda, 28% em relação 1997/98.

Já a safra nacional, por sua vez, não sendo atingida por problemas climáticos como a do RS, deve chegar a 32,6 milhões de toneladas — 8% superior à de 1997/98. Esse volume de produção, no entanto, deve ser ainda insuficiente para atender à demanda interna. Em 1998, foram consumidas em torno de 34 milhões de toneladas de milho no País: a produção de 1997/98 foi de 30,2 milhões de toneladas; a importação, de 1,8 milhão; e o Governo vendeu 2,2 milhões dos seus estoques. Para 1999, é esperado um crescimento da demanda em função da recuperação das exportações de aves e do plantel de suínos. Com a desvalorização cambial, a solução via mercado externo será restrita, dada a elevação dos custos de importação. Além disso, o Governo teve seus estoques reduzidos — estão em 1,42 milhão de toneladas, sendo disponíveis apenas 1 milhão.¹ Esse quadro torna praticamente irreversível a tendência de alta dos preços internos do milho em 1999. O único fator capaz de frear a alta será um aumento na produção da safrinha, que fica na dependência das condições do inverno.

¹ SAFRAS & MERCADO (1999). v.12, n.253, 19 abr.

Gráfico 3**Preço do milho no RS — 1994/99**

FONTE: Emater-RS.

A comercialização das safras brasileira e gaúcha de soja não apresentou a recuperação de preços esperada pós-desvalorização do real. No mercado interno, houve um aumento dos preços, mas não na magnitude prevista, ou seja, na mesma proporção da desvalorização cambial.

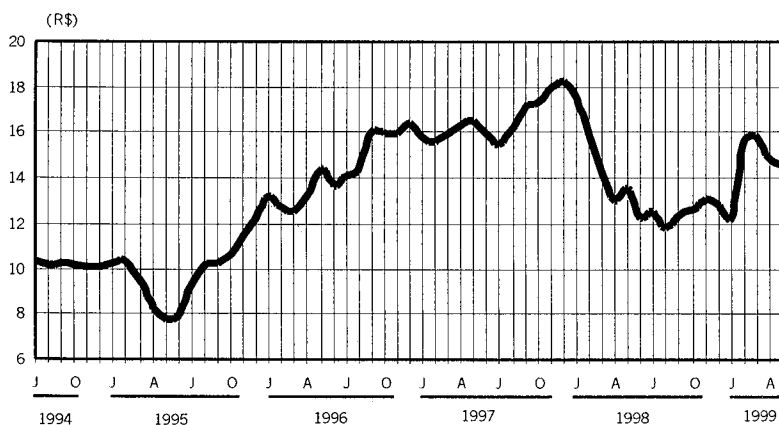
O contexto internacional em 1999 não estimulava expectativas de recuperação dos preços da soja, pois os estoques mundiais de soja em 1º.03.99, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), eram de 94,1 milhões de toneladas, 33% superiores aos de 1998, já considerados recorde.² O quadro atual de comercialização da soja no mercado internacional é de volumes recordes, safra cheia nos Estados Unidos e uma demanda mundial reprimida. Nessa situação, reforça-se a tendência de redução dos preços internacionais observada desde 1997, quando começaram a ser refeitos os esto-

² SAFRAS & MERCADO (1999). v 22, n.1041, 5 abr.

ques mundiais. Nesse contexto de redução dos preços em dólar, o ganho dos produtores brasileiros ficaria, em 1999, por conta da desvalorização da nossa moeda. No entanto isso não se confirmou na dimensão prevista, porque, assim que houve a desvalorização cambial, os importadores baixaram os preços pagos pela soja brasileira, isto é, passaram a exigir uma fatia do ganho criado pela desvalorização.

Gráfico 4

Preço da soja no RS — 1994/99



FONTE: Emater-RS.

2.2 - Instrumentos governamentais para comercialização da safra 1998/99

No mês de maio, o Governo voltou a acenar com a possibilidade de disponibilizar mecanismos, com o objetivo de sustentar preços, buscando garantir a remuneração dos produtores na venda do seu produto, principalmente no auge da safra. Por ser o mês no qual se encerram as colheitas da safra de verão, maio geralmente é o período em que são praticados os menores preços no ano agrícola.

Um mecanismo disponibilizado em 1999 para os produtores de arroz, de milho e de trigo em grão e de algodão é uma modalidade de seguro de preços — o chamado Contrato de Opção de Venda. Esse contrato dá ao produtor o direito, não a obrigação, “(...) de vender a sua produção para o Governo numa data futura, a um preço previamente fixado e, portanto, pode resguardar o produtor contra riscos de queda nos preços do produto”³. A aquisição desses contratos se dará através de leilões na Bolsa de Mercadorias e Futuros. “Para adquirir o Contrato de Opção, o produtor terá que oferecer nesses leilões o preço (denominado Prêmio) que ele julga conveniente para ter direito a esse seguro de preços. Os contratos oferecidos a cada leilão serão arrematados pelos produtores que fizerem lances de maior valor para os Prêmios.”⁴ O preço a ser pago pela Conab pelo produto será divulgado antes dos leilões. Ao final de cada leilão, o produtor pagará à Conab o Prêmio dos Contratos arrematados. Até a data de vencimento da opção, o produtor poderá vender ou transferir os direitos assegurados pelo Contrato de Opção.

Os produtores de arroz não têm demonstrado muito entusiasmo com essa alternativa, especialmente os do Rio Grande do Sul, que chegaram a pedir ao Ministro da Fazenda o adiamento da sua utilização no Estado.

Outro mecanismo de sustentação de preços já conhecido e largamente utilizado pelos produtores são os Empréstimos do Governo Federal sem opção de venda (EGF/SOV). A limitação a seu uso é a escassez de recursos governamentais para essa modalidade de financiamento. Nesse sistema, o produtor recebe recursos por um determinado prazo e de acordo com a quantidade de produto ao preço mínimo estabelecido pelo Governo. Na década de 80, o mecanismo mais usado pelos produtores e que fazia parte da Política de Preços Mínimos era o EGF, mas, nessa época, com opção de venda — o EGF/COV.

Além dos mecanismos acima, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, em 19.02.99, a Cédula do Produto Rural (CPR) para utilização na comercialização de arroz, milho e algodão. “Trata-se de um título representativo da promessa de entrega de produtos rurais, que pode ser emitido por produtores e suas associações, inclusive cooperativas. É um título líquido e certo, endossável e exigível pela quantidade e qualidade do produto nela previsto.”⁵

³ SAFRAS & MERCADO (1999). v.12, n.304, 3 maio.

⁴ Ver nota 3.

⁵ Ver nota 3.

Faz parte, também, dos mecanismos de sustentação de preços o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP). Nesse caso, o Governo oferece, via leilões, um prêmio para a aquisição de produtos, de produtores e cooperativas, pelo preço mínimo.

3 - Safra de inverno — trigo

As previsões de melhores preços para o trigo nacional em 1999 como decorrência da elevação dos valores pagos pelo produto importado depois da desvalorização cambial geraram expectativas de aumento da área plantada. No entanto esse crescimento parece não estar se confirmando.

Para os maiores produtores — Rio Grande do Sul e Paraná, responsáveis por 94% do total de trigo produzido no País em 1998 —, a Conab inicialmente previu aumento de 10% na área plantada no RS e queda de 2% na área cultivada no Paraná. Esse aumento de área no RS, somado ao acréscimo de produtividade estimado pela Conab, geraria um crescimento de 36% na produção gaúcha de trigo. Para o Paraná, existia a previsão de um aumento de 20,5% na produtividade, que, mesmo com a queda mencionada acima na área, significaria um ganho de 18% no total da produção. No entanto, de acordo com os técnicos daquele estado, em função do volume vendido de sementes para o plantio, há uma expectativa de redução de mais de 10% na área cultivada com relação a 1998. Mesmo a Conab já parece acreditar nessa retração de área no Paraná e admite também que não se confirme o aumento previsto na área gaúcha. Da mesma forma, a estimativa de uma produção de 3 milhões de toneladas de trigo, feita pela Conab para o Brasil em 1999, já foi reconsiderada, e atualmente está previsto um total de 2,7 a 2,8 milhões de toneladas, que ainda corresponde a um crescimento de 25% em relação à produção do ano passado.

Em 1998, foram produzidos internamente 2,2 milhões de toneladas de trigo e importados 6,5 milhões, para atender a uma demanda de 8,7 milhões de toneladas. Em 1999, apesar das expectativas de diminuição no consumo de trigo devido à redução da massa salarial e do aumento do desemprego entre a classe média, grande consumidora de massas e biscoitos, e sendo confirmada uma produção de 2,7 a 2,8 milhões de toneladas, o País precisará importar de 5,5 a 5,6 milhões de toneladas. Apesar dessa redução do volume importado em relação ao de 1998, o desembolso do País será maior por conta da desvalorização do real.

O trigo, aliás, é a cultura que servirá de balizamento para o comportamento futuro das demais lavouras, já que será o primeiro cultivo a ser estabele-

cido depois da desvalorização da moeda. Do ponto de vista da decisão de plantio por parte dos produtores, pode-se inferir que há certo receio com relação à evolução dos preços que se expressa na diminuição da área cultivada no Paraná e, no caso do Rio Grande do Sul, na manutenção ou no inexpressivo crescimento dessa. Ocorre que, com a desvalorização da moeda, houve um aumento do custo dos insumos, na sua maioria importados.

4 - Balança comercial: os efeitos da desvalorização do real

A desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar estabeleceu um contexto de estímulo às exportações e criou expectativas de reversão dos saldos deficitários da balança comercial que ocorreram sistematicamente no período pós-Real. A inversão dar-se-ia tanto pelo aumento das exportações como pelo recuo das importações. Passados quatro meses da desvalorização do real, esse movimento parece não ter atingido as dimensões esperadas. As dificuldades encontradas pelo setor exportador provavelmente ficam por conta da redução drástica, no período imediatamente posterior às modificações cambiais, dos contratos de financiamento às exportações — as chamadas ACCs. Esse tipo de contrato parece estar sendo novamente viabilizado, já que as variações cambiais estão se dando num espectro de menor amplitude. Assim, aparentemente, estaria havendo apenas um adiamento no movimento esperado de aumento das exportações brasileiras.

4.1 - O complexo carnes

Se há lentidão na retomada das exportações em seu conjunto, esta não é a situação encontrada com relação ao complexo produtor de carnes, que está se destacando no que se refere à performance esperada para o setor exportador. Pode-se dizer que houve aí uma resposta extremamente rápida à competitividade aumentada pela desvalorização cambial. É bem verdade que o setor exportador de carne de frango, historicamente o mais dinâmico nesse conjunto, sofreu, durante 1998, os efeitos da crise asiática e, portanto, estaria, nesse momento, apenas recuperando mercados.

No entanto é significativo o crescimento apresentado pelas exportações do complexo, que, no primeiro trimestre de 1999, cresceram 15% em relação ao

mesmo período de 1998.⁶ Nesse movimento, o grande destaque fica por conta das exportações de carne bovina, que aumentaram 35% no mesmo período. Tal resultado advém de um aumento de 25% nas vendas externas de carne industrializada e de 62% nas de carne *in natura*. As exportações de carne de frango cresceram 7,3%, mas provavelmente se trata, como já foi dito, de recuperação de mercados para os quais o Brasil já exportava. No quadro de aumento de vendas externas, a exceção é a carne suína, que teve uma queda de 17% nas exportações.

O desempenho das vendas de carne bovina é o melhor desde 1994, quando o País exportou, no primeiro trimestre, 108 mil toneladas.⁷ De acordo com a publicação **Safras & Mercado**, há "(...) um quadro da baixa produção mundial de carne bovina em função do quadro argentino cíclico e da queda na produção norte-americana neste ano, devido à seca no Texas em 1998".⁸ A desvalorização cambial seria o ingrediente que completa um contexto de grandes possibilidades para a colocação da carne bovina brasileira nos mercados antes consumidores da carne argentina e no mercado norte-americano.

Nesse movimento, em 1999, o segmento produtor de carnes reverterá a tendência de favorecimento às importações ocorrida desde o início do Plano Real, que, ao sobrevalorizar a moeda, incentivou as compras externas.

⁶ SAFRAS & MERCADO (1999). v.12, n.287, 10 maio.

⁷ Ver nota 6.

⁸ Ver, a respeito, nota 6.

Tabela 3

Balança comercial, setor carnes — jan.-mar./99

CARNE BOVINA					
PERÍODOS	Exportações		Importações		Saldo (US\$ 1 000)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
	(t)	(US\$ 1 000)	(t)	(US\$ 1 000)	
Jan.	26 829,5	42 080,1	7 798,2	11 425,0	30 655,1
Fev.	35 254,2	52 593,1	2 817,1	4 197,9	48 395,2
Mar.	48 198,5	75 868,8	3 909,6	5 224,9	70 643,9
Jan.-mar./99	107 282,2	170 542,0	14 524,9	20 847,8	149 694,2
Jan.-mar./98	79 367,3	116 799,4	27 597,4	40 489,3	76 310,1
Variação %	35,2	46,0	-47,4	-48,5	96,2

CARNE SUÍNA					
PERÍODOS	Exportações		Importações		Saldo (US\$ 1 000)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
	(t)	(US\$ 1 000)	(t)	(US\$ 1 000)	
Jan.	3 756,4	7 191,8	12,0	13,2	7 178,6
Fev.	5 353,3	9 607,2	0,0	0,0	9 607,2
Mar.	5 564,9	9 591,9	0,0	0,0	9 591,9
Jan.-mar./99	14 674,7	26 391,0	12,0	13,2	26 377,8
Jan.-mar./98	17 653,6	38 079,9	96,1	217,6	37 862,3
Variação %	-16,9	-30,7	-87,5	-93,9	-30,3

PERÍODOS	CARNE DE FRANGO		TOTAL		SALDO GERAL (US\$ 1 000)
	Exportações		Exportações	Importações	
	Quantidade	Valor	(US\$ 1 000)	(US\$ 1 000)	
	(t)	(US\$ 1 000)			
Jan.	41 583,1	50 660,0	99 932,0	11 438,2	88 493,8
Fev.	53 145,5	65 173,8	127 374,2	4 197,9	123 176,3
Mar.	60 046,0	72 373,1	157 833,8	5 224,9	152 608,9
Jan.-mar./99	154 774,6	188 206,9	385 139,9	20 861,9	364 279,9
Jan.-mar./98	144 186,8	166 302,5	321 181,8	40 706,9	280 474,9
Variação %	7,3	13,2	19,9	-48,8	29,9

FONTE: SECEX/SAFRAS & MERCADO.

4.2 - O complexo soja

No complexo soja, as características da comercialização externa também foram alteradas, mas não exatamente no mesmo sentido do ocorrido com as vendas e/ou compras de carne do Exterior, já que soja em grão, farelo e óleo têm tido participação significativa nas exportações brasileiras desde a década de 70. A mudança, nesse caso, deu-se com relação à agilização dos negócios envolvendo as vendas de soja a partir da desvalorização do real em janeiro. Há, também, um aumento do volume exportado, que, no entanto, não resulta diretamente da desvalorização, pois sinaliza no mesmo sentido já desenhado nos últimos três anos. O crescimento das vendas externas do complexo tem se sustentado via soja em grão, uma vez que as exportações de farelo e óleo têm apresentado recuo. A partir do momento em que o Governo passou a dar incentivos às exportação de alguns produtos, reduzindo o ICMS, aumentaram, de forma substancial, as exportações de soja em grão. O mesmo não aconteceu com os derivados, porque a Argentina tem dominado as vendas de farelo e óleo de soja oriundos da América do Sul, dificultando as vendas brasileiras.⁹

⁹ SAFRAS & MERCADO (1999). v.22, n.1046, 10 maio.

Tabela 4

Exportações brasileiras do complexo soja — 1987/99

ANOS	SOJA EM GRÃO			FARELO DE SOJA		
	Quanti-	Valor	Variação	Quanti-	Valor	Variação
	dade	(US\$	%	dade	(US\$	%
	(t)	1 000 000)	A/D	(t)	1 000 000)	B/D
		(A)			(B)	
1999 (1)	11 000	1 980	51	9 300	1 350	35
1998	9 275	2 175	46	10 447	1 750	37
1997	8 340	2 452	43	10 008	2 680	47
1996	3 647	1 018	23	11 262	2 731	61
1995	3 493	770	20	11 563	1 997	52
1994	5 404	1 316	32	10 635	1 980	48
1993	4 209	946	31	9 485	1 815	59
1992	3 736	809	30	8 545	1 596	59
1991	2 020	448	22	7 489	1 369	67
1990	4 076	910	32	8 744	1 610	56
1989	4 618	1 154	32	9 871	2 136	59
1988	2 597	728	24	8 127	2 023	66
1987	3 024	570	25	7 802	1 450	62

ANOS	ÓLEO DE SOJA			TOTAL	
	Quanti-	Valor	Variação	Quanti-	Valor
	dade	(US\$	%	dade	(US\$
	(t)	1 000 000)	C/D	(t)	1 000 000)
		(C)			(D)
1999 (1)	1 150	540	14	21 450	3 870
1998	1 360	829	17	21 082	4 754
1997	1 124	596	10	19 472	5 728
1996	1 332	713	16	16 241	4 462
1995	1 764	1 053	28	16 820	3 820
1994	1 534	839	20	17 573	4 135
1993	747	314	10	14 441	3 075
1992	719	291	11	13 000	2 696
1991	512	213	10	10 021	2 030
1990	795	334	12	13 615	2 854
1989	891	357	10	15 380	3 647
1988	680	294	10	11 404	3 045
1987	989	304	13	11 815	2 324

FONTE: SAFRAS & MERCADO/DECEX.

(1) Estimativas.

5 - Plano-Safra 1999/2000¹⁰

O Governo liberou um total de R\$ 13,1 bilhões para o financiamento da safra 1999/2000 — R\$ 11 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 2,1 bilhões para investimento. Desse total, R\$ 9 bilhões serão recursos equalizados pelo Tesouro Nacional.

O montante previsto significa um aumento de 10% sobre o volume total de recursos anunciados no ano passado. Deve-se esclarecer, no entanto, que, dos R\$ 11,9 bilhões liberados para a safra 1998/99, apenas 79% desse total — R\$ 9,4 bilhões — foram efetivamente emprestados aos produtores. De acordo com o Ministro da Agricultura, foram tomadas medidas buscando desburocratizar alguns procedimentos, para evitar que isso se repita na safra 1999/2000.

A intenção do Governo, com esse aumento de recursos para financiamento da agricultura, é uma produção de 90 milhões de toneladas de grãos no próximo ano.

Com esse objetivo, além do aumento dos recursos, foram aumentados os limites de financiamento para a soja e para o milho. No caso da soja, o limite individual de empréstimo passou de R\$ 40 mil para R\$ 100 mil nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte e para R\$ 60 mil nas demais regiões. Para a lavoura de milho, o limite de financiamento por produtor passou de R\$ 150 para R\$ 200 mil. Os juros dos financiamentos foram mantidos em 8,75% a.a. para os médios e grandes produtores e em 5,75% para os pequenos. Foram corrigidos os preços mínimos: o do milho aumentou 4,5%, passando para R\$ 7,10; o da soja cresceu 2,1%, passando de R\$ 9,50 para R\$ 9,70; o sorgo teve um aumento de 5,9% no seu preço mínimo, que passou para R\$ 4,97; os preços do arroz tiveram um reajuste de 3,7% e passaram a R\$ 10,92; o preço mínimo do feijão foi o mais corrigido, pois cresceu 7,7%, sendo fixado em R\$ 28,00.

O Governo pretende incentivar a modernização do setor leiteiro e para isso estabeleceu a alocação de R\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos. No primeiro ano, serão liberados R\$ 200 milhões com juros de 8,75% a.a. e limite de R\$ 25 mil por produtor para aquisição de ordenhadeiras e tanques de resfriamento.

Além das medidas que dizem respeito à concessão de financiamentos, outras diretrizes foram incluídas no atual Plano-Safra. O CMN aprovou medida

¹⁰ Esse item foi elaborado com base nas informações sobre o Plano-Safra 1999/2000 divulgadas pela **Zero Hora** (25.6.99) e pela **Gazeta Mercantil** (28.6.99).

que permite que o Bancoop e o Bansicred participem da gestão dos recursos equalizados pelo Tesouro Nacional. Faz parte das diretrizes governamentais a intenção de abrir a Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F) aos investimentos estrangeiros. O objetivo seria aumentar os recursos para financiamentos das próximas safras reduzindo a pressão sobre o crédito oficial. Foi anunciada a fusão do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). Essa fusão originou a nova instituição denominada Novo Mundo Rural. Os recursos disponibilizados para a nova entidade somam R\$ 3,46 bilhões, dos quais R\$ 2,85 bilhões equalizados pelo Tesouro Nacional, com taxas de juros de 5,75%, e R\$ 610 mil originários de outras fontes como a exigibilidade bancária.

6 - Perspectivas

O comportamento dos produtores de trigo na safra de inverno de 1999 pode ser indicativo das decisões de plantio dos agricultores da safra de verão 1999/2000. O aumento dos custos das lavouras, principalmente dos insumos, depois da desvalorização cambial pode comprometer a implantação das safras futuras e ocasionar retração no volume de produção. As alternativas dos produtores frente ao crescimento dos custos são a diminuição da área cultivada ou a limitação no uso de tecnologia — nesse caso, a adubação. Tanto uma como outra, no entanto, compromete os níveis da produção agrícola.

O encarecimento dos insumos deve ter um efeito maior sobre a produção de milho, já que, nessa cultura, a adubação tem um peso significativo. Tendo em vista o quadro apertado no abastecimento desse grão no ano 1999, as decisões de plantio por parte desses produtores para a safra futura deveriam ser objeto de políticas específicas pelo Governo Federal. Como já foi dito anteriormente, os estoques governamentais atuais são irrisórios frente às necessidades do mercado, e, dado o encarecimento das importações, não será através destas que eles serão recompostos. Em vista desse quadro, as previsões são de que no ano que vem o Governo deverá estar com seus estoques zerados. Agregue-se a isso a expansão da demanda de milho, que parece ser consenso, e fica fácil prever um contexto de dificuldades no abastecimento e, em decorrência, pressões nos preços.¹¹

¹¹ Ver, a respeito, **Safras & Mercado** (1999. v.12, n.252, 6 abr.).

Para a produção de soja, o quadro previsto para o ano 2000 em termos de diminuição do volume produzido não seria muito diferente do descrito para o milho. Se a produção de soja não depende tanto quanto a de milho dos fertilizantes e, portanto, não teria aumentos nos seus custos na magnitude dos calculados para o milho, o quadro internacional, já atualmente bastante desalentador para os produtores, conforme descrito anteriormente, não parece indicar mudanças para o ano que vem. Ou seja, a sinalização para a safra 1999/2000 é semelhante à atual: excesso de oferta, demanda reprimida e estoques recordes do grão.

Conclusão

Com relação à evolução da produção nacional e da gaúcha de arroz, feijão, milho e soja, pode-se afirmar que, para o Brasil, o movimento é extremamente positivo em termos de aumento de produção. Além disso, são bastante significativos os ganhos de produtividade de algumas culturas, como o arroz e, especialmente, o feijão. Nesse contexto, pode-se concluir que, com relação às previsões iniciais de comprometimento da safra 1998/99 em decorrência das adversidades climáticas ocasionadas pelo fenômeno La Niña, esse comprometimento não se configurou, para o País, na amplitude esperada inicialmente. Se houve danos a algumas produções, estes não foram na dimensão dos ocasionados às lavouras de milho e de soja do RS.

A produção de trigo nacional deve crescer, mas muito mais por aumentos de produtividade, se não acontecerem as perdas havidas em 1998 em decorrência do clima, do que por acréscimos de área, conforme previsto logo após a desvalorização do real. As previsões de crescimento do cultivo parecem ter considerado apenas um lado da questão, ou seja, o aumento nos preços internos em decorrência do aumento do preço do produto importado. O que, aparentemente, obstruiu a retomada do crescimento da produção nacional de trigo aos níveis da década de 80, ou pelo menos aos patamares existentes antes da implantação do Plano Real, foi o receio dos produtores de que o aumento dos preços não se configurasse nem mesmo na proporção necessária para cobrir os custos de produção, já aumentados quando do plantio em função do encarecimento dos insumos importados.

Com relação à balança comercial, até o momento, houve aumento nas exportações de carne bovina e de frango e uma aceleração nos negócios com soja em grão. As perspectivas são de que, com a retomada do financiamento via ACCs, ocorra um dinamismo maior nas exportações brasileiras, não só de pro-

duto agrícola, como também dos demais, haja vista a melhora de competitividade depois da desvalorização do real. Com relação às exportações de frango, tem-se que, além da melhoria na competitividade dos produtos nacionais, os recentes problemas com a produção de aves e derivados na Bélgica abrem grandes possibilidades de o Brasil ocupar o mercado antes abastecido pelas exportações belgas.